PREFEITURA DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria de Educação Básica
Núcleo de Educação Especial

Orientações sobre o serviço de apoio pedagógico aos processos inclusivos

1 - Contextualizando

O direito de acesso, permanência, participação e construção de conhecimento pelos alunos público-alvo da educação especial (pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) em classes comuns de escolas regulares, junto com todos os alunos, é amplamente amparado e promovido pela Constituição da República Federativa do Brasil (1988), pela Lei 9.394 – que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), pela Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2007), pela Lei 13.146/15 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência e pela Lei 13.005/14, que institui o Plano Nacional de Educação, estabelecendo diretrizes, metas e estratégias que devem reger as iniciativas na área da educação.

Atualmente, as escolas da Rede Municipal de Ensino (RMEC) têm, aproximadamente, 1371[1] alunos público-alvo da educação especial matriculados e para os quais, segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, deve-se assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

> I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;
>
> II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;
>
> III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

Neste contexto, o trabalho docente adquire uma grande complexidade uma vez que é comum que convivam, em uma mesma turma, alunos[2] com diferentes relações com o conhecimento e necessidades educacionais especiais, que requerem estratégias e recursos diferenciados, reorganizações pedagógicas de tempos e espaços e mediações mais específicas do professor junto aos alunos. Os desafios em relação à

---

1 Dados Sistema Integre em 05/07/2021.

2 Utilizaremos o termo alunos, referindo-se às pessoas matriculadas na RMEC que tem diferentes culturas, pertencem a uma determinada classe social, são de diferentes gêneros, etnias e tempos de vida (crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos) com as especificidades e necessidades que devem ser consideradas.

complexidade do planejamento e mediação junto aos alunos se intensifica no contexto dos Ciclos III e IV considerando-se que são vários professores que atuam junto aos alunos, demandando um desafio maior para a comunicação entre professores e alunos e entre seus pares.

Dentre os alunos com deficiência houve, nos últimos anos, aumento de matrícula daqueles **com necessidades complexas de comunicação, ou seja, comprometimento nas habilidades de expressar e compreender ideias e sentimentos,** sendo essas uma das principais necessidades de parte significativa dos alunos com TEA e alguns casos de alunos com deficiência física e intelectual. Essas necessidades demandam da escola a organização da **acessibilidade comunicativa** para que não haja prejuízo na interação entre os sujeitos, desses e o conhecimento e na compreensão e vivência nos contextos sociais. Observamos, cotidianamente, que os alunos com comprometimentos severos na área da comunicação se desorganizam, ficando agressivos ou alheios ao coletivo ou, ainda, necessitam de uma mediação constante e intensa para elaborar um discurso interno importante para constituição do pensamento e apropriação dos conhecimentos vinculados na escola.

É necessário planejar organizações pedagógicas e mediações linguísticas que promovam o desenvolvimento do pensamento, interação e interlocuções comunicativas dos sujeitos com necessidades complexas de comunicação com seus pares, professores e o conhecimento.

A Comunicação Alternativa (CA) tem se demonstrado uma área de conhecimento importante para o desenvolvimento do trabalho pedagógico e constituição de linguagem junto aos alunos com TEA. A CA é uma área da Tecnologia Assistiva com o propósito de promover e/ou suplementar a fala ou garantir uma forma alternativa desta se o indivíduo não se mostrar capaz de desenvolvê-la, além de oferecer estratégias de comunicação a seus interlocutores. A CA é um sistema organizado com símbolos e signos pictóricos, imprescindível para que o aluno com deficiência e com comprometimentos nas habilidades de fala possa estar, participar, interferir e usufruir das práticas culturais da escola. Os recursos de CA podem apoiar seus usuários em qualquer uma ou mesmo nas duas vias da comunicação: podem ser um auxílio para expressar e/ou para compreender. São exemplos desses recursos de CA: pranchas de comunicação construídas com símbolos gráficos, quadros de organização de rotinas/atividades, apresentação de texto em "escrita com símbolos", aplicativos com símbolos vocalizados, etc.

Assim, a implementação da CA desenvolve a língua como sistema de signos socialmente estruturado que serve à comunicação interpessoal e a constituição do discurso verbal interior; desempenha um papel fundamental na construção dos conceitos, na apreensão dos conhecimentos e na própria autorregulação do comportamento. Portanto, o desenvolvimento da língua é fundamental para inclusão dos sujeitos com deficiência nos diversos espaços sociais.

Nesse contexto**, para apoiar as organizações pedagógicas que favoreçam a constituição da linguagem por alunos com comprometimentos na comunicação** e de modo a garantir o que preconiza a legislação nacional, dentre os diferentes serviços de educação especial já organizados pela Secretaria Municipal de Educação, organizamos o serviço **"apoio pedagógico aos processos inclusivos".**

É importante ressaltar que o planejamento da equipe escolar voltado para eliminar as barreiras de comunicação deve envolver e estar articulado ao serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) que *"Tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos. As atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela e é realizado prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais (SRM) da própria escola, em outra escola de ensino regular, ou em centros de atendimento educacional especializado (CAEE). As atividades visam ao desenvolvimento de habilidades cognitivas, socioafetivas, psicomotoras, comunicacionais, linguísticas, identitárias e culturais dos estudantes, considerando suas singularidades. As ações pedagógicas realizadas pelo professor especializado visam apoiar as atividades realizadas pelo professor na classe comum." (INEP, 2020, p.10)*

2. Definição

O apoio pedagógico aos processos inclusivos é um serviço que apoia o trabalho pedagógico em **turmas** onde encontram-se matriculados alunos público-alvo da educação especial **com complexas necessidades de comunicação relacionadas a comprometimentos nas habilidades de expressar e compreender ideias e sentimentos. Esse serviço apoia o professor regente da turma nas organizações pedagógicas e mediações necessárias para eliminar as barreiras de comunicação e promover a participação desses alunos nas práticas culturais da escola.**

Cabe ressaltar que o processo educacional escolar ocorre na coletividade, ou seja, mesmo que o aluno com deficiência necessite de ações que considerem sua especificidade, isso não deve se traduzir em uma relação exclusiva do aluno com o profissional de "apoio pedagógico", toda equipe escolar é corresponsável pelo processo educativo desse aluno que deve ser planejado para promover a interação com todos os alunos. A relação exclusiva do aluno com o profissional de "apoio pedagógico" pode estabelecer um currículo paralelo, apartado dos percursos coletivos, o que constitui um processo de exclusão dentro da escola. É importante avaliar as necessidade específica do aluno e a partir disso elaborar **um plano de trabalho** que contemple mediações necessárias, que podem ser de diferentes naturezas como, por exemplo: produção de materiais, reorganização da rotina e espaços da escola, diálogos com todos os alunos da escola, trabalho articulado ao atendimento educacional especializado entre outras que muitas vezes não dependem de um apoio pedagógico e são próprias do trabalho do professor de educação especial.

A heterogeneidade no processo de ensino e aprendizagem e a ampla gama de necessidades educacionais acima expostas exigem mudanças na organização do trabalho pedagógico. Assim, o professor regente da turma, o professor de educação especial e o apoio pedagógico atuam em parcerias que envolvem atuações específicas às necessidades do aluno com o objetivo de garantir sua participação nas propostas coletivas. Na organização deste trabalho considera-se a mediação pedagógica como determinante para o processo de desenvolvimento do aluno, onde, segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica para o ensino fundamental - anos iniciais,

> o professor é o mediador da elaboração conceitual de seus alunos, não perdendo de vista a dimensão social do conhecimento a ser trabalhado em suas aulas. Essa mediação significa, entre outras coisas, viver os conflitos e as contradições decorrentes dessa opção de trabalho. A mediação desperta processos que inicialmente não se apresentariam como parte do repertório do indivíduo. Pode ocorrer através do diálogo entre crianças e crianças e professores, sob diversas formas (dicas, modelos, dentre outros), revelando que a aprendizagem impulsiona o desenvolvimento. Ao mesmo tempo, reforça o caráter sociocultural do desenvolvimento humano, já que o outro surge como mediador entre o indivíduo e seu próprio desenvolvimento. (CAMPINAS, 2010)

Essas mediações devem resultar de **plano de trabalho** entre professor regente da turma e professor/a de educação especial, professor do AEE especializado que orientam o educador de apoio, sendo o professor de educação especial do AEE responsáveis por subsidiar o planejamento os conhecimentos, estratégias, recursos e serviços especializados para os alunos público-alvo da educação especial.

A atuação do apoio pedagógico aos processos inclusivos não se confunde com a do cuidador ou mesmo a do professor de EE e terá como ações principais:

- participar nos espaços de planejamento da escola, a fim de compreender o projeto pedagógico da Unidade Educacional, bem como o planejamento e as ações decorrentes dele;
- atuar nas propostas de mediação voltadas a potencializar a comunicação e a interação social do aluno com a turma e professores, conforme orientado pelos professores;
- dar suporte nas ações que potencializam o desenvolvimento social, acadêmico e autonomia dos alunos nos processos de educação e cuidado como higiene, alimentação e locomoção, conforme orientado pelos professores;
- participar de ações voltadas a mediar a organização do material pelo aluno, conforme orientado pelos professores;
- participar de ações para mediar e apoiar o uso dos espaços da unidade educacional pelo aluno em consonância com a proposta para turma e;
- participar de reunião e diálogos de orientação junto a professora da turma e professoras de educação especial para organização do trabalho;

*É importante que a equipe escolar organize tempos e espaços para que o profissional de apoio participe de reuniões e diálogos de discussão e orientações sobre o trabalho.

3. Como a equipe escolar identifica a necessidade do apoio pedagógico

A avaliação da necessidade do apoio pedagógico será realizada pelo professor regente e professor de Educação Especial considerando o contexto da turma, o **comprometimento do aluno nas habilidades de expressar e compreender ideias e sentimento**, as estratégias pedagógicas planejadas para o aluno, o planejamento curricular proposto para a turma e as barreiras de comunicação identificadas. Segundo a LBI as barreiras nas comunicações e na informação se referem a: “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação” (Art. 3, d).

Dessa forma, no processo de avaliação sobre a necessidade do apoio pedagógico é necessário olhar e considerar os seguintes aspectos:

- Como o aluno expressa e compreende as informações, ideias, desejos e sentimentos?
- Quais as formas de comunicação da criança com a família?
- Quais as formas de comunicação com seus pares?
- Quais as formas de comunicação com os profissionais da escola?
- Quais estratégias de comunicação com o aluno são usadas pela escola?
- Quais foram as relações estabelecidas pelo aluno nos primeiros dias de sua chegada à escola? Considerando suas relações com os pares, com o espaço escolar, com o conhecimento e com todas as práticas culturais da escola.
- Quais os principais interesses do aluno?
- O aluno realiza com autonomia as atividades de higiene, alimentação, locomoção? E qual a relação desse processo de autonomia com sua comunicação?

4. Indicativos para equipe escolar elaborar um plano de trabalho voltado a eliminar as barreiras de comunicação e promover a participação do aluno nas práticas culturais da escola

- Apresentar quais as necessidades de comunicação do aluno no contexto da escola conforme indicado no item 3.
- Realizar a avaliação das necessidades do aluno no contexto da escola (presencialmente).
- Apresentar todas as ações (recursos, estratégias, materiais, reorganização de tempos e espaço, formação da comunidade escolar entre outras) a serem desenvolvidas em consonância com as necessidades educacionais do aluno com vistas a eliminar as barreiras comunicacionais identificadas.
- Apontar e registar a responsabilidade de cada profissional da equipe escolar e do AEE, sobretudo do apoio, em relação às ações planejadas para o aluno.
- Organizar um planejamento que promova a participação do aluno nas práticas culturais da escola e interação com seus pares e professores.
- Indicar os tempos e espaços de planejamento e reuniões de orientação conjunta entre os profissionais responsáveis pelos processos educacionais do aluno.

O plano deve contemplar todos esses itens acima. Segue sugestão de tabela para elaboração do plano:

Necessidades do aluno	ação e responsável	tempo/espaço
(...)	(...)	

5. Quem realiza o apoio pedagógico aos processos inclusivos

O "Apoio pedagógico aos processos inclusivos" será realizado por **estagiários de Pedagogia**. Na falta desses, temporariamente, os NAEDs poderão se organizar e autorizar a atuação de professores até a chegada dos estagiários.

6. Como fazer a solicitação

1. A avaliação da necessidade de apoio pedagógico aos processos inclusivos é realizada pela equipe escolar, respeitando-se o público-alvo a que é destinado. O formulário de solicitação deverá ser preenchido pelo professor regente da turma, professor de educação especial, orientador pedagógico e diretor/a educacional. **Formulário em anexo.**
2. O formulário deverá ser preenchido e encaminhado via SEI para o NAED para:

<u>Professora de Referência de Educação Especial que:</u>

- Analisa a solicitação considerando as necessidades de comunicação do aluno no contexto da escola e suas relações na escola e histórico.
- Analisa o contexto escolar em que o aluno está inserido e quais organizações são possíveis com os profissionais, recursos e espaços que existem (através da leitura da solicitação, conversa com professores, visitas a escola).
- Analisa se a solicitação está de acordo com projeto " Apoio pedagógico aos processos inclusivos".
- Organiza e faz o controle no Naed em planilha dos casos autorizados de apoio.
- Realiza discussões e orientações periódicas com as equipes sobre avaliação constante da funcionalidade do "Apoio pedagógico aos processos inclusivos".

<u>Supervisor educacional que:</u>

- Analisa e dá parecer se a solicitação está de acordo com projeto " Apoio pedagógico aos processos inclusivos".
- Analisa e dá parecer na possibilidade de autorização de pagamento de professor se não houver estagiário.
- Analisa e dá parecer sobre a compatibilidade do horário do professor indicado para o apoio com a necessidade da escola pelo serviço.

<u>Representante regional que:</u>

-Defere ou indefere a solicitação considerando pareceres de supervisores e professores de referência.

3. Após análise e parecer da equipe de NAED (professor de referência, supervisor educacional e RR), o processo será enviado, via SEI, ao Núcleo de Educação Especial.

4. O Núcleo de Educação Especial realizará a análise do processo e indicação do atendimento em caso de deferimento do pedido. Caso não haja estagiário disponível para ser encaminhado, o processo voltará ao NAED para a indicação e aprovação de outro profissional.

Importante:

Cabe à gestão escolar comunicar o NAED e o Núcleo de Educação Especial os casos de transferência ou evasão do aluno acompanhado pelo apoio pedagógico.

As necessidades de apoio pedagógico deverão ser formalizadas e atualizadas via SEI de acordo com esse protocolo, mesmo naqueles casos de alunos que já contavam com o serviço aprovado em outros anos.

Mariana Martins Volpato
Coordenadora da Educação Básica

Mariana da Cunha Sotero
Coordenadora Pedagógica
Núcleo de Educação Especial

Eliana Briense Jorge Cunha
Coordenadora Pedagógica
Núcleo de Educação Especial

Campinas, julho de 2021

Referências bibliográficas

. BRASIL. Congresso Nacional. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Presidência da República. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 de julho de 1990.

_____. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 1996.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.949/09, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. 2009.

_____. Presidência da República. Decreto 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Publicado no DOU de 18 de novembro de 2011. Brasília, 2011.

_____. Presidência da República. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

_____. Presidência da República. Decreto nº 8.368, de 2 de dezembro de 2014. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

. BAPTISTA, C. R; HAAS, C. Currículo e educação especial: uma relação de (re) invenção necessária a partir das imagens-narrativas dos cotidianos escolares. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis.

. CAMPINAS. Lei Orgânica do Município. Campinas, SP, 1990.

_____. Secretaria Municipal de Educação e Fumec. Resolução nº 6, de 10 de novembro de 2006. Estabelece as diretrizes para a organização, a avaliação e o fortalecimento do trabalho pedagógico nas unidades educacionais/espaços educativos e em outras instâncias da SME/Fumec. Campinas, SP, 2006.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos finais: um processo contínuo de reflexão e ação. Campinas, SP, 2010.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Resolução nº 5, de 9 de novembro de 2011. Dispõe sobre as diretrizes para o atendimento à demanda escolar nas unidades educacionais de ensino fundamental e de educação de jovens e adultos da Rede Municipal de Ensino de Campinas e Fumec. Campinas, SP, 2011.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares da educação básica para o ensino fundamental e educação de jovens e adultos anos iniciais: um processo contínuo de reflexão e ação. Campinas, SP, 2012a.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Diretrizes curriculares da educação básica para educação infantil. Campinas, SP, 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Caderno Curricular Temático Educação Básica: Ações educacionais em movimento - vol - Espaços e tempos na educação das crianças. Campinas, SP, 2014.

.Secretaria Municipal de Educação. Caderno curricular temático : narrativas sobre educação especial nas escolas da rede municipal de ensino de Campinas [livro eletrônico]: Tecendo currículo de acesso, permanência e construção de conhecimento / Prefeitura Municipal de Campinas, Secretaria Municipal de Educação. - 1. ed. - Campinas, SP: PM/Campinas, 2020. PDF

DELIBERATO, D. NUNES, D. R.; GONÇALVES. Trilhando juntos a Comunicação Alternativa.ABPEE.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luís Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

FERNANDES, Claudia de Oliveira; FREITAS, Luís Carlos de. Indagações sobre currículo: currículo e avaliação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

GESSER, M; NUERNBERG, A. H., & Toneli, M. J. F. (2012). A contribuição do Modelo Social da Deficiência à Psicologia Social. Psicologia & Sociedade, 24(3), 557- 566.

KASSAR, Mônica de Carvalho Magalhães. Liberalismo, neoliberalismo e educação especial: algumas implicações. **Caderno CEDES** [online]. 1998, vol. 19, n. 46, p. 16-28. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101- 32621998000300003& lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 15 jan. 2012.

_____. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional**. Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set. 2011.

SOTERO, Mariana da Cunha. Política municipal de educação especial de Campinas no período de 2005 a 2012. 2014. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de São Paulo, São Paulo, 2014.

PRIETO, Rosângela Gavioli Políticas de inclusão escolar no Brasil: Sobre novos/ velhos significados para educação especial. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia. **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva. Araraquara/ SP: Junqueira & Marin, p. 61-78, 2010.

PASSERINO, Liliana. Comunicar para incluir. CRF.

REILY. L; org. Comunicação Alternativa: ocupando territórios.

PREFEITURA DE CAMPINAS

Secretaria Municipal de Educação
Coordenadoria de Educação Básica
Núcleo de Educação Especial

Formulário de Solicitação: "Apoio pedagógico aos Processos Inclusivos"

NAED:

Unidade Educacional:

Nome completo do aluno:

ID:

Deficiência:

AG/Ano/Termo: Turma: Período:

Horário do estagiário (4 horas diárias de trabalho):

Caracterização e justificativa

1. Quais são as barreiras de comunicação que se apresentam no contexto escolar para o aluno?

2. Quais as formas de comunicação do aluno com a família?

3. Quais as formas de comunicação do aluno com seus pares na turma?

4. Quais as formas de comunicação do aluno com o(s) professor(es) e demais profissionais da escola?

5. Quais estratégias de comunicação com o aluno são usadas pela escola?

6. Como o aluno participa das atividades escolares e de autocuidado (as atividades de sala, o almoço, parque, higiene, etc)?

7. A equipe escolar observou algum foco de interesse do aluno?

8. Quais foram as relações estabelecidas pelo aluno nos primeiros dias de sua chegada à escola? Considerando suas relações com os pares, com o espaço escolar, com o conhecimento e com todas as práticas culturais da escola.

9. Anexar um plano de trabalho pedagógico para constituição de comunicação junto ao aluno no contexto das práticas curriculares da escola, considerando o item 4 das orientações.

10. Quais serviços, recursos e organizações pedagógicas estão disponibilizados para o aluno?

( ) Sala de Recursos Multifuncional. Qual?

( ) AEE em entidades conveniadas. Qual?

( ) Atendimento individualizado no TDI do professor. Qual professor?

( ) Atendimento individualizado no CHP do professor. Qual professor?

( ) Atendimento terapêutico. Qual?

( ) Cuidador

( ) Outros. Qual?

10. A turma do aluno conta com apoio de:

( ) professor readaptado

( ) Estagiário da Educação Infantil

( ) Estagiário do PNAIC

( ) Outro (descrever)

Campinas, _____ de _____ de 202 .

Professor(a) regente da turma Professor(a) de Educação Especial

Diretor(a) Educacional Orientador(a) Pedagógica